

# **Perspectivas Econômicas**

---

*Volume 3*

*Uma Revista Eletrônica da Agência de Informações dos EUA*

*Número 2*

---

## **LIVRE COMÉRCIO E A CÚPULA DAS AMÉRICAS**

ENVIADO ESPECIAL PARA AS AMÉRICAS MACK MCLARTY:

JORNADA RUMO À DEMOCRACIA, JUSTIÇA, PROSPERIDADE

VICE-REPRESENTANTE COMERCIAL DOS EUA RICHARD FISHER:

ALCA - COMPROMISSO COM O COMÉRCIO LIVRE E ABERTO

ALÉM DE COMENTÁRIOS DE:

LÍDER DA MINORIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ESTADOS UNIDOS

RICHARD GEPHARDT

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS DA CÂMARA DOS

DEPUTADOS BILL ARCHER

EX-REPRESENTANTE COMERCIAL DOS ESTADOS UNIDOS CARLA HILLS

DIRETOR DA UNIDADE DE COMÉRCIO DA OEA MIGUEL RODRIGUEZ

---

**Março 1998**

# PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Revista Eletrônica da Agência de Informação dos EUA

## CONTEÚDOS

### LIVRE COMÉRCIO E A CÚPULA DAS AMÉRICAS

*Os 34 líderes democraticamente eleitos do Hemisfério Ocidental se reunirão na Segunda Cúpula das Américas, nos dias 18 e 19 de abril em Santiago, Chile.*

*Eles deverão iniciar as negociações para o estabelecimento de uma área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Isso faz parte da meta que eles estabeleceram na cúpula de 1994 em Miami, para que houvesse um acordo de comércio até 2005 e resultados concretos até 2000.*

*A cúpula de Santiago, no entanto, não tratará apenas de comércio. Outros enfoques do evento serão a promoção da educação, a melhoria dos governos e a diminuição da pobreza -- todas as maneiras de garantir que as reformas políticas e econômicas da década passada sejam duradouras.*

#### □ ÊNFASE

#### **DE MIAMI A SANTIAGO: UMA JORNADA PARA A DEMOCRACIA, JUSTIÇA E PROSPERIDADE 5**

*BThomas F. (Mack) McLarty, Assessor do Presidente e Enviado Especial Para as Américas*

*Enquanto os cidadãos comuns do Hemisfério Ocidental não obtiverem vantagens reais que resultem dos governos democráticos e dos mercados abertos, as reformas políticas e econômicas continuarão vulneráveis.*

#### **A ALCA: UM COMPROMISSO COM O COMÉRCIO JUSTO E ABERTO 8**

*Embaixador Richard Fisher, Vice-Representante Comercial dos Estados Unidos*

*A percepção, cada vez mais abrangente, de que o comércio traz benefícios para todos, levará os negociadores a concluir o trabalho da área de Livre Comércio das Américas dentro do prazo, até 2005.*

#### □ COMENTÁRIO

#### **RELACIONANDO O COMÉRCIO AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E O MEIO AMBIENTE 11**

*Richard A. Gephardt, Líder da Minoria, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos*

*Os Estados Unidos devem insistir que os negociadores da ALCA tratem das questões dos direitos dos trabalhadores e das normas de proteção ambiental.*

#### **O CONGRESSO, A VIA RÁPIDA, E A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS 14**

*Bill Archer, Presidente da Comissão de Finanças Públicas da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos*

*A demora do Congresso dos Estados Unidos em conceder a autoridade de via rápida ao presidente Clinton não deve, de forma, alguma atrasar ou impedir negociações, em uma posição de força, na ALCA*

#### **DA DÉCADA PERDIDA ATÉ A CÚPULA DE SANTIAGO 17**

*Carla Hills, Presidente e Principal Executiva, Hills & Company*

*O que os líderes do Hemisfério Ocidental devem fazer na cúpula de Santiago em 1998 é transformar a visão da FTAA, que se originou na cúpula de Miami, em uma realidade.*

**LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO NAS AMÉRICAS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES** **19**

*Miguel Rodriguez, Diretor da Unidade de Comércio da Organização dos Estados Americanos  
Embora os obstáculos para o estabelecimento de uma ALCA sejam grandes, eles não são insuperáveis.*

□ **FATOS E NÚMEROS**

**AS CÚPULAS DAS AMÉRICAS: PRINCIPAIS EVENTOS DE MIAMI A SANTIAGO** **22**

**COMÉRCIO DOS ESTADOS UNIDOS EM 1997 COM OUTROS PAÍSES DA ALCA** **23**

**INICIATIVAS DOS EUA PARA A LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO NO HEMISFÉRIO OCIDENTAL** **25**

**GRUPOS DE COMÉRCIO SUB-REGIONAIS** **28**

□ **RECURSOS PARA A OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES**

**PRINCIPAIS CONTATOS E SITES NA INTERNET** **30**

**MATERIAL ADICIONAL DE LEITURA SOBRE A ALCA** **31**

---

---

# PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

---

Uma Revista Eletrônica da Agência de Informações dos Estados Unidos

Volume 3, Número 2, Março de 1998

---

As revistas eletrônicas da USIA, publicadas e transmitidas para o mundo inteiro a cada três semanas, examinam as principais questões com as quais os Estados Unidos e a comunidade internacional se defrontam. As revistas "Perspectivas Econômicas, Questões Globais, Questões Democráticas, Agenda de Política Exterior dos Estados Unidos, e Sociedade e Valores dos Estados Unidos" apresentam análises, comentários, e informações de caráter geral sobre as suas áreas temáticas. As revistas são publicadas em inglês, francês, português, russo e espanhol. As opiniões expressas nas revistas não refletem, necessariamente, as opiniões e políticas do governo dos Estados Unidos. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos a não ser que restrições de copyright sejam mencionadas nos artigos.

Edições atuais ou anteriores das revistas podem ser encontradas na Home Page da Agência de Informações dos Estados Unidos na World Wide Web no seguinte endereço: <http://www.usia.gov/journals/journals.htm>

Elas se encontram disponíveis em vários formatos eletrônicos para facilitar a leitura on-line, o downloading, e a impressão. Comentários são bem vindos no seu escritório local do Serviço de Informações dos Estados Unidos (USIS) ou nos escritórios editoriais.

Editor, Economic Perspectives  
Economic Security - I/TES  
U.S. Information Agency  
301 4th Street, S.W.  
Washington, D.C. 20547  
United States of America

E-mail: [ejecon@usia.gov](mailto:ejecon@usia.gov)

---

Jornalista Responsável.....	Judith Siegel	Diretora de Arte.....	Sylvia Scott
Editor.....	Mark Taplin	Assessor de Artes Gráficas.....	Joseph Hockersmith
Editor-Executivo.....	Bruce Odessey	Conselho Editorial .....	Howard Cincotta
Editor Associado.....	Wayne Hall	.....	Dave Hamill
Colaboradores.....	Kathleen Hug	.....	Judith Siegel
.....	Berta Gomez		
.....	Warner Rose		
.....	Eileen Deegan		

---

Agência de Informações dos Estados Unidos  
Escritório de Informações  
Março de 1998

## □ DE MIAMI A SANTIAGO: A JORNADA PELA DEMOCRACIA, JUSTIÇA E PROSPERIDADE

---

*Thomas F. (Mack) McLarty III, Conselheiro do Presidente e Enviado Especial dos Estados Unidos para as Américas*

*Enquanto as famílias em todo o Hemisfério Ocidental não puderem usufruir das vantagens reais dos governos democráticos e dos mercados abertos, a tendência à realização de reformas políticas e econômicas continuará vulnerável, diz Thomas F. (Mack) McLarty, conselheiro do presidente Clinton e enviado especial dos Estados Unidos para as Américas.*

*Na Cúpula das Américas, a ser realizada em abril, em Santiago, ele disse, os líderes democraticamente eleitos de 34 países estudarão meios de promover a educação, tornando os governos mais justos e abertos e diminuindo a pobreza nos seus países.*

*Além disso, ele continuou, os líderes iniciarão negociações para a Área de Livre Comércio das Américas, dando continuidade à caminhada rumo ao objetivo que estabeleceram na Cúpula de Miami em 1994.*

---

Esta é uma ocasião particularmente importante da nossa história, na qual tentamos dar forma às novas Américas, de norte a sul. Em todas as nações, menos uma, o poder autoritário foi substituído por governos democraticamente eleitos, e as economias de planejamento central, gerenciadas pelo estado, foram substituídas pelas economias baseadas no mercado.

Não é uma coincidência o fato de que esta nova era gerou uma quantidade nunca antes vista de compromissos do presidente dos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental, incluindo a primeira reunião, na história, dos chefes de estado das 34 democracias do nosso hemisfério na Cúpula das Américas em Miami, que foi convocada pelo presidente Clinton em 1994. A cúpula serviu para aprofundar a integração econômica internacional e expandir os esforços para a cooperação em todo o espectro dos desafios ao desenvolvimento que todas as nações enfrentam.

No mês que vem, em Santiago, os chefes de estado voltarão a se reunir na Segunda Cúpula das Américas, para avaliar o progresso feito desde o evento de Miami e sintetizar as providências que os governos devem, de fato, tomar, para abrir ainda mais os seus mercados para o investimento do setor privado e para aprofundar as reformas democráticas. Os líderes também vão procurar garantir que as reformas na política melhorem a qualidade de vida daqueles que, tradicionalmente, têm sido marginalizados.

O processo de implementação da cúpula evoluiu e continuará a evoluir de evento em evento, à medida que aprendemos a melhor maneira de estruturar as chamadas áreas de blocos/temas e as iniciativas que delas se originam, para tratar dos desafios ao desenvolvimento. Na cúpula de 1994, os líderes concordaram em preparar um plano de ação que incluía 23 iniciativas abrangidas por quatro blocos: Preservação e Fortalecimento da Democracia; Promoção da Prosperidade Por Meio da Integração Econômica e Livre Comércio; Erradicação da Pobreza e da Discriminação; e Garantia do Desenvolvimento Sustentável e a Conservação do Nosso Meio Ambiente Para as Gerações Futuras. Algumas iniciativas foram abordadas de maneira abrangente desde a última cúpula, como por exemplo, o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental, para as quais houve uma cúpula em Santa Cruz, Bolívia, em 1995.

Este progresso deu, aos coordenadores das cúpulas, uma oportunidade de redistribuir prioridades e remover blocos ou iniciativas que se encontravam em fase de preparação para a próxima cúpula. Por exemplo, o progresso conseguido no desenvolvimento sustentado e na preservação ambiental agora será registrado em todos os novos blocos que serão discutidos em Santiago.

## **O NOVO BLOCO DA EDUCAÇÃO**

A próxima cúpula se concentrará em assuntos referentes à educação. A educação terá, para si, um bloco – Educação: Investindo em Pessoas que Definirão o Nosso Futuro em Comum –no qual as nações do hemisfério concordarão em implementar reformas que melhorarão o ensino primário e secundário. Essas reformas incluem a alocação de mais recursos do orçamento federal para a educação básica, melhoria no treinamento de professores e nos programas de ensino, maior disponibilidade de livros-texto, e maior acesso à tecnologia moderna. Acreditamos firmemente que padrões mais elevados de educação e jovens mais bem preparados oferecerão as melhores oportunidades para elevar a qualidade de vida dos segmentos da população que, tradicionalmente, têm ficado à margem do progresso.

Os outros blocos para a Cúpula de Santiago incluem: Tornando a Democracia Relevante, Aproveitando os Frutos da Liberdade; Construindo a Nossa Riqueza Através da Integração Econômica e Rejeitando a Pobreza em Meio à Crescente Prosperidade. Novamente, à medida que progredimos de uma cúpula para a outra, prevemos que os blocos e algumas das iniciativas que se encaixam em cada pacote mudarão. As iniciativas serão removidas porque já foram tratadas ou serão mantidas intactas ou ligadas a outras iniciativas para serem tratadas de forma mais abrangente.

Na área da democracia e dos direitos humanos, os líderes estão procurando consolidar o progresso feito na conduta das eleições livres e justas, e na transferência pacífica de poder de um governo democraticamente eleito para outro – essas são as chamadas reformas de primeira geração.

Muitos países no hemisfério já tiveram pelo menos três eleições livres e justas desde o final do autoritarismo. Agora os líderes estão empenhados em fazer as reformas de segunda geração, que envolvem o estabelecimento das instituições para melhorar a proteção dos direitos humanos por meio de um judiciário fortalecido, e em aumentar a capacidade de resposta aos constituintes, por meio de maior rastreabilidade e transparência no governo.

Há também interesse em expandir o papel e a participação da sociedade civil e das organizações não-governamentais para ajudar a atribuir prioridades às reformas de políticas a serem tratadas, assim como exercer

pressão para a implementação dessas reformas. A modernização do estado em questões relativas à adoção e o cumprimento de normas de trabalho também é tratada neste pacote.

## **FOCO NA ALCA**

Na área de integração econômica e livre comércio, os líderes esperam capitalizar os ganhos obtidos na última década com a adoção de reformas macroeconômicas e avançar rumo ao objetivo maior, definido na Cúpula de Miami, que é estabelecer uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (Free Trade Area of the Americas) (FTAA) até 2005. Os ambientes macroeconômicos estáveis encontrados no hemisfério se devem, principalmente, às políticas fiscais mais rigorosas, às taxas de câmbio mais previsíveis, aos bancos centrais descentralizados, e às políticas comerciais mais abertas; tudo isso serve para atrair, cada vez mais, o capital dos investidores privados.

Novas medidas de abertura de mercado são necessárias neste pacote; essas medidas são parte do processo contínuo de negociação da ALCA, que será formalmente instituído na Cúpula de Santiago. Os ministros e vice-ministros do Comércio se reunirão em breve em San Jose , Costa Rica, para recomendar a estrutura sob a qual as negociações da ALCA deverão ocorrer. Eles também vão procurar obter um acordo sobre os princípios (o porquê) e os objetivos (como) do processo da ALCA de modo geral, assim como para cada um dos grupos de negociação.

O quarto bloco contém iniciativas que cujo objetivo é erradicar a pobreza e a discriminação. Esse bloco cobre as iniciativas para promover a criação de micro, pequenas, e médias empresas, por meio da maior disponibilidade de crédito, e também para proporcionar mecanismos para o registro de propriedade/escrituras de terrenos, documentos essenciais para se obter acesso ao crédito. A concessão de escrituras imobiliárias não apenas proporciona um instrumento para uso como garantia para a obtenção de crédito, como também uma estrutura para que a economia informal tenha acesso aos serviços e seja coberta pelas leis do estado.

Os chefes de estado e ministros do comércio não são os únicos a se reunirem formalmente para dar continuidade ao Plano de Ação da Cúpula de Miami. O processo da cúpula, em geral, é coordenado e implementado pelos

ministros das relações exteriores, que instituíram um Grupo de Análise de Implementação da Cúpula (Summit Implementation Review Group) (SIRG) que se reúne periodicamente e que toma as decisões finais sobre a redação da Declaração de Princípios e Plano de Ação da Cúpula. Além disso, os ministros da Energia, Defesa, Justiça e Educação têm realizado reuniões, englobando todo o hemisfério, desde a Cúpula de Miami.

## **PRESERVANDO AS REFORMAS DEMOCRÁTICAS**

O desafio que as nações do hemisfério enfrentam em termos de livre comércio, integração econômica, e uma prosperidade que elimine as iniquidades do passado nunca foi tão crítico quanto agora. Como o presidente Clinton já disse mais de uma vez, não podemos e não devemos contar, sem questionar, com o progresso feito no nosso hemisfério com formas mais democráticas de governo e regimes econômicos mais abertos. A democracia está sendo testada; as famílias que estão discutindo essas questões à mesa, durante as refeições, devem experimentar ganhos econômicos reais; caso contrário a economia se tornará um ideal difícil de ser alcançado, o que poderá fazer com que os governos voltem atrás e elevem as barreiras protecionistas.

O investimento que nós, como uma comunidade de nações, fazemos na paz e na estabilidade será muito inferior ao custo da guerra e da destruição que provavelmente ocorrerão se as mudanças fundamentais que estamos tentando fazer por meio do processo de cúpula não forem devidamente implementadas.

Oscar Arias, ganhador do prêmio Nobel e ex-presidente da Costa Rica, resumiu muito bem a mudança fundamental que ocorreu no hemisfério e o desafio que estamos enfrentando agora quando disse: “Enquanto as democracias da América Latina e do Caribe não enfrentarem o desafio da pobreza, elas não cumprirão a sua responsabilidade básica de proteger a dignidade humana. A pobreza gera a instabilidade social e o desespero, que desfazem a legitimidade dos governos que se declaram democráticos.”

Se a atual tendência, de integração comercial cada vez maior e medidas de abertura de mercado, continuar, a juventude de hoje será grandemente beneficiada tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento, agora e no próximo século. Se as coisas continuarem como sempre foram no passado, os ganhos econômicos para ambos os grupos serão muito mais modestos, limitando o alcance da prosperidade. Portanto, a escolha é clara: Devemos manter o rumo, devemos continuar comprometidos, e devemos garantir que o crescimento da riqueza que será gerada esteja ao alcance de todos.□

---

---

## □ ALCA: UM COMPROMISSO COM O COMÉRCIO LIVRE E ABERTO

---

*Embaixador Richard Fisher, Representante Adjunto de Comércio dos Estados Unidos*

*A percepção, cada vez mais nítida, de que o comércio é benéfico para todos levará os negociadores a completar os trabalhos referentes a uma Área de Livre Comércio das Américas -- ALCA (Free Trade Area of the Americas -- FTAA), dentro do prazo, até o ano 2005, diz Richard Fisher, Representante Adjunto de Comércio dos Estados Unidos para o Hemisfério Ocidental e para a região da Ásia-Pacífico.*

*TA ALCA não deve se limitar às iniciativas de abertura de mercado que já são um requisito da Organização Mundial do Comércio-OMC, ele diz. Em reuniões a serem realizadas nas próximas semanas, os 34 países participantes devem concordar em apresentar algum progresso concreto até o ano 2000, ele diz. Eles devem concordar em continuar a não cobrar impostos de importação sobre as transmissões feitas pela Internet. Devem também estudar a possibilidade de estabelecer grupos de estudo da ALCA sobre os aspectos comerciais do trabalho e do meio-ambiente, Fisher diz.*

---

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) representa um compromisso com o comércio justo e aberto em todo o Hemisfério Ocidental até 2005. Entre os 34 líderes democraticamente eleitos que lançaram a ALCA em dezembro de 1994, há o consenso que o incremento do comércio na região traz consigo o potencial de aumentar o crescimento econômico e elevar a renda para todos. Avançamos muito nos últimos três anos. Desde o encontro dos ministros do comércio em Denver, em 1995, desenvolvemos um conjunto de normas e leis que se encontram em vigor em todo o hemisfério. Desde o encontro dos ministros do comércio em Belo Horizonte, em maio do ano passado, começamos a definir a maneira pela qual as negociações serão conduzidas. Agora só faltam algumas semanas para a Cúpula das Américas em Santiago, durante a qual esperamos que os nossos líderes iniciem as negociações que resultarão na formalização da ALCA.

### **○ IMPACTO DOS MERCADOS ABERTOS**

Enquanto trabalhamos em conjunto para estabelecer as bases da ALCA, tem havido um notável crescimento no

comércio entre os Estados Unidos e países da América Latina. Desde 1992, as importações que os Estados Unidos fazem da América Latina, com exceção do México, cresceram em mais de 60 por cento. As exportações dos Estados Unidos também cresceram de maneira impressionante, em mais de 80 por cento.

Atualmente os Estados Unidos exportam mais para a América Latina e o Caribe do que para a União Européia. Uma das principais razões para a expansão do nosso comércio com a América Latina é que, nos últimos anos, houve uma mudança drástica na orientação da política comercial por parte de muitos - na verdade, da maioria - dos países da América Latina.

Os países em toda a região estão abandonando o protecionismo e as pesadas intervenções governamentais do passado e adotando políticas orientadas para o mercado, que por sua vez, estão aumentando a sua capacidade de competir na economia global. Esses países têm reduzido as suas barreiras tarifárias e não-tarifárias, devido à implementação da suas obrigações determinadas na Rodada Uruguai, e também por meio de reduções unilaterais. Empresas estatais foram privatizadas; leis a respeito da propriedade intelectual foram modernizadas; e reformas macroeconômicas e regimes com taxas de câmbio realistas foram introduzidos. Para alguns países, essas mudanças foram tão revolucionárias quanto as mudanças que ocorreram nas economias da Europa Oriental e Central no início desta década.

A maior abertura das economias latino-americanas estimulou a volta do crescimento econômico e as novas alianças comerciais na região. Na verdade, nenhuma região no mundo possui uma agenda de negociações de áreas de livre comércio mais ativa do que a América Latina. No nível sub-regional, no ano passado, assistimos à conclusão dos trabalhos da Área de Livre Comércio Chile-Canadá, da Área de Livre Comércio do MERCOSUL-Chile e da Área de Livre Comércio do MERCOSUL-Bolívia, assim como o início das negociações entre o MERCOSUL e o Pacto Andino, entre o Panamá e o Chile, entre o México e o Triângulo Norte da América Central (Guatemala, El Salvador,

Honduras), e entre a América Central e as ilhas do Caribe.

Tais acordos sub-regionais podem contribuir tanto com acordos de comércio que englobam todo o hemisfério, por meio da Área de Livre Comércio das Américas, quanto com a abertura multilateral dos mercados, por meio da Organização Mundial do Comércio. À medida que as empresas e as fazendas enfrentam níveis cada vez mais abrangentes de concorrência direta nas áreas sub-regionais de livre comércio, elas se preparam para competir com todo o hemisfério. A cooperação econômica no nível sub-regional também tem ajudado a estimular a cooperação política sub-regional, transformando rivais históricos em parceiros comerciais e aliados políticos. Essa tendência para a cooperação sub-regional na América Latina e no Caribe faz parte de um processo mais amplo de cooperação econômica e política no hemisfério, que começou em Miami. Esperamos poder incrementar esse processo na cúpula de Santiago.

## **OS COMPROMISSOS DOS LÍDERES**

Nesse clima de mudança, o processo da ALCA se desenvolveu de acordo com o modelo da Declaração e Plano de Ação da Cúpula de Miami. Miami definiu 2005 como o prazo máximo para a conclusão das negociações da ALCA, e incluiu os seguintes compromissos, assumidos por todos os 34 líderes:

- Trabalhar com o objetivo de obter acordos equilibrados e abrangentes que maximizem a abertura de mercado por meio de altos níveis de disciplina no que se refere às tarifas e às barreiras não-tarifárias em bens e serviços; agricultura, subsídios, investimentos, direitos à propriedade intelectual, compras feitas pelos governos, normas de produtos, normas de origem, tributos antidumping e compensatórios, procedimentos sanitários e fitossanitários, resolução de disputas, e política de concorrência. o Conseguir progresso real até o fim do século;
- Conseguir progresso real até o fim do século;
- Garantir, de maneira mais abrangente, a observância e a promoção dos direitos dos trabalhadores; e
- Fazer com que as nossas políticas de liberalização do comércio e as nossas políticas ambientais se apoiem mutuamente.

No Encontro dos Ministros do Comércio em Denver (Denver Trade Ministerial) em junho de 1995, os 34 países concordaram com o fato de que a ALCA será um “único empreendimento”, isto é, todos os países, em última análise, assumirão todas as obrigações da ALCA B e nenhum deles vai “pegar uma carona”. Além disso, ficou combinado, em Denver, que a ALCA será consistente com a OMC. Portanto, a ALCA utilizará as obrigações referentes à OMC como base para as negociações.

Mas, não há razão para negociarmos uma ALCA se pararmos nas disposições atuais da OMC. Portanto, a ALCA irá muito além da OMC e será uma organização voltada para ao futuro. Ela deverá ser capaz de reagir a novas tecnologias e novas maneiras de fazer negócios e deve se basear nas melhores e mais adequadas práticas nos acordos sub-regionais.

Em outras palavras, a ALCA deverá ser “o que há de melhor” em acordos de comércio e investimento quando estiver concluída. Ela não deve ser apenas mais um acordo no hemisfério. Ela deve reunir os acordos existentes em um único conjunto de normas e obrigações; caso contrário complicará os negócios no hemisfério, em vez de facilitá-los. Se alguns países nas sub-regiões desejarem estabelecer um grau mais elevado de cooperação econômica do que aquele proporcionado pela ALCA (por exemplo, uma tarifa externa comum ou uma união monetária) eles poderão fazê-lo.

## **PROGREDINDO A PARTIR DA OMC**

Portanto, qual é a nossa situação, agora que a Reunião dos Ministros do Comércio em San José está prestes a ter início? Bem, já começamos a definir como cumprir a determinação dos nossos líderes de “fazer progresso real até o fim do século.”

Todos os países no hemisfério, com exceção das Bahamas, são membros da OMC. Os países em desenvolvimento, e isso inclui a maioria dos países no hemisfério, tiveram prazos maiores para cumprir os requisitos da OMC. Acreditamos que esses países devem trabalhar no sentido de cumprir esses requisitos até o ano 2000. Isso ajudará a ALCA a progredir, a partir de um “pisso” da OMC.

Reconhecendo o desafio que isso significa para alguns países, a reunião de outubro do Grupo de Trabalho Sobre as Economias Menores criou um questionário para permitir que os países identificassem as suas necessidades de assistência técnica em relação aos seus compromissos

com a OMC e à preparação para a ALCA. O preenchimento do questionário, por parte dos países, e o seu encaminhamento no sentido de receber a assistência técnica disponível, serão essenciais no seu esforço para cumprir os atuais requisitos da OMC. A capacidade de cumprir os compromissos assumidos na Rodada Uruguai deverá dar aos países maior confiança na sua capacidade de participar nas negociações da ALCA.

No entanto, o progresso real até o fim do século não deve ser limitado à implementação total dos compromissos da Rodada Uruguai. O progresso deve incluir medidas que facilitem os negócios, que devem ser estabelecidas de acordo com as prioridades do setor privado. Essas podem incluir desde a adoção de procedimentos alfandegários para carregamentos expressos até a promoção do desenvolvimento de normais internacionais de contabilidade para a preparação de balanços financeiros. Acordos provisórios também devem ser considerados, da mesma forma em que foram permitidos pela Declaração de Punta del Este, que deu início à Rodada Uruguai, em 1986. Os acordos provisórios podem incluir qualquer coisa, desde um acordo sobre transparência e os processos devidos nas compras feitas pelos governos até acordos de reconhecimento mútuo para a certificação de equipamentos de telecomunicações e informática, ou um código de conduta para os funcionários das alfândegas. Nossos cidadãos devem ser capazes de usufruir dos benefícios desse processo bem antes do ano 2005.

## **CONSIDERAÇÕES TECNOLÓGICAS**

Ao passarmos à fase de negociação da ALCA, devemos levar em consideração a rapidez com que as mudanças ocorrem na tecnologia. Em termos de facilitação de negócios, o comércio eletrônico é o futuro — agora. Os países deste hemisfério devem se comprometer no sentido de ter um espaço cibernético livre de impostos. Uma pesquisa recente demonstra o crescimento explosivo no uso da Internet na América Latina — um crescimento maior do que o verificado em qualquer outra região do mundo. Estas são algumas das principais conclusões:

- De 1995 a 1997, a utilização da Internet aumentou mais de 788 por cento na América Latina — quase o dobro da taxa média de crescimento médio no mundo.
- O usuário latino-americano médio passa oito horas por semana surfando na net; isso significa aproximadamente 15 por cento mais tempo do que o seu correspondente na Europa.

- A língua não é uma barreira para o usuário da Internet; 85 por cento dos latino-americanos visitam sites americanos na Web, e mais da metade visitam sites de outros países. Na verdade, 81 por cento dos entrevistados disseram que a língua inglesa não é um obstáculo para o uso da Web.

- A Internet é usada pelos latino-americanos que possuem poder de compra; 90 por cento dos usuários latino-americanos são oriundos das classes sócio-econômicas média-alta e alta.

Esta é a hora de garantir o acesso contínuo e livre de impostos ao espaço cibernético (nenhum país no mundo impõe tarifas sobre as transmissões eletrônicas), permitindo que os empreendedores locais, assim como os investidores estrangeiros, tomem decisões baseadas na certeza de que o acesso no futuro não sofrerá restrições.

Finalmente, devemos responder ao compromisso dos nossos líderes na Declaração e Plano de Ação de Miami no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores e à proteção ambiental, com a construção da ALCA.

Um cuidadoso exame dos aspectos comerciais do trabalho e do ambiente, por meio de grupos de estudo da ALCA, seria consistente com o compromisso dos nossos líderes em Miami, e não deporá contra as posições de nenhum país nessas questões. A importância dessas questões para o hemisfério não é questionada. A Organização dos Estados Americanos (Organization of American States) é um ambiente propício para reuniões de ministros do trabalho e do meio-ambiente. A inclusão dessas questões no contexto da ALCA é oportuna e necessária.

Percorremos um longo caminho juntos. Em uma visão de conjunto, o progresso rumo à ALCA é fantástico. Países pequenos, países grandes, países de línguas e origens diferentes se uniram para trabalhar no sentido de conseguir um acordo que, em última análise, trará os benefícios do comércio para todos os povos do hemisfério. Aprendemos mais uns sobre os outros — nossas economias, nossas aspirações, nossos medos, e nosso compromisso mútuo com a melhoria das vidas dos nossos cidadãos. Essa é a crença fundamental que trouxe os líderes do hemisfério a Miami em dezembro de 1994. Essa é a razão pela qual eles anunciarão o início das negociações em Santiago, e isso é o que nos levará ao término das negociações até o ano 2005. □

### □ ESTABELECENDO UMA LIGAÇÃO ENTRE OS DIREITOS DOS TRABALHADORES, E O MEIO AMBIENTE

---

*Richard A. Gephardt, Líder da Minoria, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos dos Estados Unidos*

*Os Estados Unidos devem insistir para que as negociações para uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (Free Trade Area of the Americas) (FTAA) incluam grupos de trabalho sobre os direitos dos trabalhadores e as normas de proteção ao meio ambiente, diz o deputado Erichard Gephardt, democrata do Missouri e líder da minoria na Câmara dos Deputados dos Estados Unidos.*

*Gephardt diz que a experiência do NAFTA demonstra que a tentativa de lidar com assuntos referentes ao trabalho e ao meio ambiente por meio de acordos laterais negociados, em vez de fazer isso em um acordo principal de comércio, não dá certo.*

*Para que haja apoio ao livre comércio em todos os lugares, é necessário que os benefícios do comércio se estendam a muitas pessoas, e não apenas a uns poucos privilegiados, ele diz.*

*Na visão de Gephardt, o Congresso somente deve dar ao presidente Clinton a autoridade da via rápida para negociar acordos comerciais quando a legislação determinar com clareza os objetivos da negociação sobre quem recebe esses benefícios.*

---

O debate entre o livre comércio e o protecionismo já acabou. A questão, agora, não é se devemos abrir mercados, mas sob que condições e quem se beneficia.

O presidente Clinton tem razão quando diz que este é um debate sobre o futuro. À medida que o processo da globalização se acelera, precisamos nos preparar para as mudanças, em vez de nos protegermos contra elas. Mas não devemos começar a negociar antes de definir nossos objetivos e ideais -- qualquer viagem sem mapa está fadada ao fracasso.

O que está em jogo são duas abordagens ideológicas rivais a respeito da globalização. O presidente não conseguirá encontrar uma solução conciliatória entre essas duas

visões – ele terá que optar. Caso contrário, corremos o risco de comprometer nosso futuro.

#### **A VIA RÁPIDA: O ÂMAGO DA QUESTÃO**

O debate a respeito da via rápida se resume nisto: uma maioria dos democratas do Congresso deseja que o cumprimento correto das leis nacionais referentes ao meio ambiente e ao trabalho seja integral às negociações, assim como as questões da propriedade intelectual e as proteções para o capital. Estamos exigindo que as pessoas e o meio ambiente recebam as mesmas proteções e sejam tratadas com o mesmo rigor nos acordos comerciais que a propriedade intelectual.

Por que essa questão é considerada um obstáculo intransponível? Porque os republicanos, que detêm a maioria dos votos no Congresso, argumentam que o meio ambiente e os direitos dos trabalhadores merecem menos consideração do que a proteção da propriedade intelectual, e portanto devem fazer parte de acordos paralelos, e não de um tratado propriamente dito. Os fatos, a partir da nossa experiência com o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (North American Free Trade Agreement) (NAFTA) até o momento, mostram que esses acordos paralelos são virtualmente insignificantes.

A inclusão e a aplicação das proteções ao meio ambiente e aos trabalhadores no texto principal dos acordos comerciais contribuiriam para que se começasse a formar uma classe consumidora nos países com os quais os Estados Unidos estão fazendo negócios, na América Latina e no resto do mundo. É a coisa certa a fazer – e é economicamente inteligente. As pessoas poderiam comprar mais produtos norte-americanos; nós poderíamos diminuir a intensidade do problema mundial dos baixos salários que ameaça o nosso padrão de vida e a nossa classe média. O cumprimento das leis de proteção ambiental reduziria a poluição em âmbito mundial. E as empresas não continuariam a procurar baixos salários e

pouca ou nenhuma atenção às leis de proteção ambiental, exportando empregos para outros países simplesmente para reduzir os seus custos.

As nações em desenvolvimento deveriam aceitar de bom grado as proteções que eu, entre outros, estou lutando para que se tornem componentes integrais dos acordos comerciais. Nenhum país deveria querer leiloar o seu padrão de vida ou o seu meio ambiente pelo lance mais baixo – competindo com outros países para atrair investidores que não estão interessados em expandir o crescimento e as oportunidades, e nem em melhorar as condições ambientais. É exatamente o contrário – eles estão procurando manter os custos de produção nos mais baixos níveis para obter só um pouco mais de lucro.

A questão, de fato, é: como se pode proteger o cumprimento da lei – como fazer com que os nossos acordos comerciais protejam os padrões básicos, em vez de sabotá-los? As pessoas que são contrárias a esta abordagem não enxergam muito longe.

A experiência dos Estados Unidos com o NAFTA deveria, também, nos ter ensinado que qualquer novo acordo comercial deve tratar dos direitos humanos, democracia, fluxos de narcóticos, fluxos financeiros, e auxílio transicional. A política comercial deve manter o seu foco em algo mais que os lucros a curto prazo, não importa quais sejam os custos em termos de poluição, distribuição de renda, e preocupações sociais. Esta é uma escolha decisiva – e a alternativa pela qual estamos lutando é um comércio que seja realmente mais livre e prosperidade a longo prazo, em um mundo que respeite os direitos humanos, os direitos dos trabalhadores, e o meio ambiente. Para conseguir isso, precisamos expandir o debate.

## **CRIANDO UMA CLASSE CONSUMIDORA**

Até agora, os benefícios de um comércio mais aberto ainda não chegaram aos cidadãos da classe média e nem àqueles que estão lutando para ingressar na classe média. Os lucros do comércio simplesmente “não estão ao alcance” de todos. A experiência com o NAFTA evidencia isso. A discrepância de renda no México aumentou, em vez de diminuir. Um relatório das Nações Unidas descreveu o mesmo fenômeno em uma escala maior: “Com a expansão do comércio e do investimento estrangeiro, a distância entre os perdedores e os ganhadores no mundo em desenvolvimento tem

aumentado.... Os maiores benefícios da globalização têm sido colhidos por uns poucos privilegiados.

Em agosto viajei para o Chile, Argentina, e Brasil, para ver, com os meus próprios olhos, tanto as oportunidades quanto os problemas da expansão do comércio. Fiquei impressionado com o vigor dos mercados, e percebi como os Estados Unidos poderiam se beneficiar se pudéssemos reduzir as barreiras para os nossos produtos, e não apenas fazer o contrário. Mas eles não podem comprar os nossos produtos americanos se não tiverem o poder de compra adequado. A melhoria dos seus salários e padrões de vida pode criar excelentes mercados para os produtos e serviços americanos e aliviar a pressão que existe para diminuir o número de empregos e os salários nos Estados Unidos. As pessoas que dizem que os baixos salários refletem, de modo geral, baixa produtividade, sem proporcionar nenhum benefício real para os produtores estrangeiros, estão simplesmente erradas. As estatísticas mostram que as fábricas e os trabalhadores no México e em outros países em desenvolvimento têm tanta noção de qualidade e são tão produtivos(as) quando alguns dos melhores trabalhadores e instalações nos Estados Unidos e em outros lugares. Os trabalhadores, no mundo inteiro, estão atingindo novos padrões de competitividade todos os dias.

A viagem à América Latina também evidenciou a fragilidade dos sistemas políticos em países que recentemente foram libertados do poder militar. Os regimes autoritários na região pouco fizeram para tratar das disparidades econômicas, e em muitos casos, chegaram a agravá-las conscientemente. Se o crescimento econômico pudesse ser distribuído com maior igualdade, essas democracias estariam mais seguras.

O presidente não “merece” a via rápida, como algumas pessoas argumentam; é necessário que ele a conquiste. A Constituição dos Estados Unidos atribui a autoridade sobre o comércio internacional ao poder legislativo, e não ao poder executivo. De tempos em tempos, o Congresso tem delegado essa autoridade. Mas ao fazer isso, ele estabeleceu objetivos que têm que ser cumpridos como parte desse acordo.

Vamos reconhecer que a maneira de obter resultados é estabelecendo obrigações no corpo dos acordos comerciais, e não esperando que sejam tomadas providências no futuro, como resultado de acordos paralelos, limitados e ineficazes, ou como parte de alguma negociação comercial no futuro. Se você acredita, como

eu, que os mercados livres também significam mercados livres de trabalho, você deve incluir essas questões na essência de qualquer acordo. E se você acredita, assim como eu acredito, na importância do meio ambiente – tanto nos seus próprios termos quanto em termos do seu impacto sobre a concorrência econômica – você também deve incluir as questões ambientais nos acordos comerciais futuros.

Os Estados Unidos precisam trabalhar de maneira decisiva para relacionar o comércio com a questão ambiental e os direitos dos trabalhadores, tanto na reunião ministerial de comércio em San Jose, em março, quanto na Cúpula das Américas em Santiago, em abril. Precisamos atingir o tradicional objetivo da política americana, de estabelecer grupos de trabalho para tratar dessas questões nas negociações para uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Algumas nações têm se mostrado relutantes no que diz respeito a essas questões, mas o apoio do Congresso para ir em frente em futuros acordos comerciais dependerá da inclusão formal de tais nações no processo. Ao tratarmos dos direitos dos trabalhadores e da proteção ambiental, estaremos garantido a promessa de benefícios comerciais para todo o nosso povo, e não apenas para uns poucos privilegiados.

Essas questões não podem ser consideradas complementares – elas são essenciais para o sucesso das nossas relações comerciais e econômicas. E precisamos fazer algo mais, aqui nos Estados Unidos, para construir o apoio para um comércio mais livre, desenvolvendo e implementando políticas e programas que tratem dos

deslocamentos transitórios que ocorrem – com ou sem acordos comerciais. Em vez de serem oferecidos como uma maneira de diminuir as preocupações no Congresso, uma semana antes da data marcada para uma votação, eles devem ser programas viáveis, a longo prazo, com os recursos necessários para garantir que as pessoas comuns se vejam como beneficiárias em potencial dos acordos comerciais, e não como vítimas.

A situação atual não está dando certo. A situação atual causou a crise financeira de 1994-95 no México. O padrão de vida do povo do México caiu vertiginosamente naquele período. No entanto, o sucesso percebido do socorro ao México ajudou a facilitar, em parte, a crise das moedas asiáticas. Está na hora de os ideólogos que se agarram ao passado atualizarem suas idéias e desenvolverem uma política comercial para o século XXI. Precisamos de uma política comercial que reconheça a complexidade dos nossos relacionamentos e procure desenvolver reações flexíveis que ajudem a alcançar nossos interesses comuns.

De muitas maneiras, já resolvemos a situação da oferta, no comércio. Agora está na hora de desenvolver a parte da procura. Simplesmente não podemos criar produtores sem criar, também, consumidores.

□

---

## ❑ A SITUAÇÃO NO CONGRESSO, NO QUE DIZ RESPEITO À ALCA, E À VIA RÁPIDA

---

*Deputado Bill Archer, Presidente da Comissão de Orçamento, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos*

*O fato de o Congresso dos Estados Unidos atrasar a concessão, ao presidente Clinton, da autoridade para negociar acordos comerciais pela via rápida não deve, de modo algum, atrasar ou impedir negociações eficazes a respeito da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), diz o deputado Bill Archer.*

*Archer, republicano, presidente da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, diz que quaisquer que sejam os resultados da Cúpula das Américas em abril, em Santiago, a visão das vantagens adicionais para os Estados Unidos a partir de uma ALCA, dará aos defensores da via rápida o tipo de informações de que eles precisam para fazer com que o projeto seja aprovado.*

---

Enquanto os 34 líderes democraticamente eleitos do Hemisfério Ocidental se preparam para se reunir, em Santiago, no Chile, para a Segunda Cúpula das Américas, não se deve perder tempo lamentando o atraso recente em passar a autoridade de negociação em via rápida para o presidente Clinton.

Com certeza, o atraso da via rápida, que num primeiro momento impediu os Estados Unidos de honrar seu compromisso de negociar a entrada do Chile no Acordo Norte Americano de Livre Comércio (NAFTA), vai prejudicar, de alguma forma, a força da liderança dos Estados Unidos no processo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). No entanto, da mesma forma, os nossos parceiros comerciais devem estar cientes de que as divisões internas nos Estados Unidos, embora sejam temporárias, proporcionam oportunidades para que outros países exerçam influência positiva e direção nessas negociações históricas.

### **OBJETIVOS PARA SANTIAGO**

Apesar do atraso da via rápida, os líderes em Santiago têm todas as razões para serem bem sucedidos ao enfrentar o desafio da sua missão, que foi estabelecida na visionária Declaração de Miami, de 1994. A decisão de iniciar as negociações da ALCA deve ser tomada em Santiago, em conjunto com decisões importantes sobre a formação e a

estrutura dos grupos de negociação que receberão a tarefa de criar os acordos propostos. A maneira pela qual as questões de acesso ao mercado são divididas para consideração nesses grupos é de interesse vital para todos os países, e não há dúvida de que um consenso sobre uma base detalhada para as negociações será considerado um progresso significativo.

Além disso, os líderes devem entrar em um acordo sobre o que significa “progresso concreto”, no que diz respeito ao prazo provisório de 2000 estabelecido na Declaração de Miami. As instruções dos líderes do hemisfério na cúpula para os seus negociadores da área comercial devem ser claras: As negociações da ALCA prosseguirão, de forma sistemática e com muita energia, em direção à data anunciada de conclusão, de 2005. O nosso interesse é de que os países excedam substancialmente os níveis de liberalização de comércio alcançados sob a égide da Organização Mundial do Comércio (OMC). Estou firmemente convencido de que a declaração da cúpula deve incluir um compromisso de parada com o objetivo de oferecer proteção contra a adoção de medidas protecionistas durante os período de negociação que antecede o ano 2005. A obtenção dessa disciplina passou a ter uma importância maior, à luz dos choques financeiros que se espalharam a partir da crise das moedas asiáticas, para muitos dos países do Hemisfério Ocidental que estarão presentes na Cúpula.

É claro que os outros países não devem usar a falta de autoridade para negociar questões comerciais pela via rápida, por parte dos Estados Unidos, como desculpa para não levar a ALCA adiante, com firmeza. De fato, devemos reconhecer que haverá uma grande perda para o progresso na região, se 34 chefes de estado se reunirem para uma reunião de cúpula que só vai contribuir minimamente para o progresso da liberalização do comércio.

### **O DEBATE SOBRE A POLÍTICA COMERCIAL DOS ESTADOS UNIDOSE**

A poeira já baixou um pouco, depois daquele

movimentado fim de semana de 10 de novembro, quando o presidente Clinton reconheceu que não tinha o número suficiente de votos para aprovar a legislação da via rápida e foi forçado a pedir que o exame da legislação, pela Câmara dos Deputados, fosse adiado. Essa decisão não foi apenas uma derrota para o presidente, mas também um recuo para a liderança republicana na Câmara e no Senado, que se uniu para apoiar o projeto. Uma maioria esmagadora de republicanos na Câmara estava preparada para votar a favor do projeto quando ele foi retirado da pauta.

Já se escreveu muito sobre a diminuição do nível de comprometimento dos Estados Unidos com as políticas de livre comércio; a maior parte do que foi escrito é, na minha opinião, exagero. O nosso debate doméstico, certamente não tem sido fácil. Em todos os países, o ato de se facilitar a redução das barreiras comerciais com qualquer país encontra a oposição de interesses profundamente enraizados. O atual debate no Congresso dos Estados Unidos é caracterizado por divisões dentro do próprio partido democrata, do presidente. Muitos membros do partido propõem a inclusão de requisitos de impossível cumprimento à legislação da via rápida. Eles querem um projeto de lei que force o presidente a insistir em uma variedade de assuntos, em grande parte não relacionados, quando ele negociar os acordos comerciais, incluindo direitos trabalhistas, objetivos na área ambiental, e políticas envolvendo, por exemplo, regulamentos sobre a imigração e até mesmo planejamento familiar. Sem nenhum consenso doméstico à vista, o ato de forçar essa pauta pode prejudicar grandemente a negociação de um tratado de comércio diversificado e dinâmico, como a ALCA. Na minha opinião, trata-se de uma pauta que, se adotada, não resultaria em nenhum apoio adicional no Congresso para a via rápida e para as políticas de livre comércio.

A história dos Estados Unidos mostra que o sucesso na implementação de acordos comerciais e políticas de livre comércio, no passado, só tem sido alcançado quando o presidente se une aos líderes do Congresso para informar ao povo americano, de maneira agressiva e consistente, sobre os benefícios do livre comércio. O silêncio, a demora, e a não utilização – intencional – de uma estratégia para defender os efeitos da NAFTA junto aos nossos cidadãos custou caro. Em todos os países, os cidadãos comuns freqüentemente têm uma opinião dividida no que se refere ao comércio. No momento, a pauta inativa do comércio exterior dos Estados Unidos está fortalecendo as tendências isolacionistas entre alguns

americanos. No momento o presidente Clinton só está conseguido persuadir uma pequena minoria do seu próprio partido a respeito dos méritos do projeto de lei pendente, sobre a via rápida.

## **ELEMENTOS AUSENTES**

Com o seu sucesso no atraso da votação da via rápida, não há dúvida de que os sindicatos dos trabalhadores e os seus representantes no Congresso venceram uma batalha. Tendo como base a experiência do debate nacional sobre o NAFTA em 1993, em que as opiniões ficaram divididas, esses grupos fizeram uma campanha popular que preencheu um espaço criado no verão de 1997, quando o presidente Carter adiou o envio da sua proposta de via rápida para o Congresso. Enquanto a Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados esperava por uma posição governamental que trouxesse o apoio bipartidário necessário para alavancar um projeto de lei, os grupos contrários à via rápida ficaram unidos e fortalecidos com uma mensagem comum, contrariando a continuidade da expansão do comércio. Eu creio que os proponentes da via rápida erraram por não ter provocado mais debates abertos, e por não ter ressaltado os benefícios do NAFTA em particular. Essa discussão teria ajudado a neutralizar o sensacionalismo associado a muitas alegações anti-via rápida, anti-NAFTA, sobre os efeitos do livre comércio na nossa economia.

Outra coisa que faltou no debate nos Estados Unidos sobre a via rápida foi a expressão mais clara possível das oportunidades perdidas para as empresas e trabalhadores norte-americanos(as) e para o hemisfério em geral, na ausência da autoridade de via rápida para o presidente. Os nossos objetivos na ALCA são tão estratégicos quanto econômicos. Esses objetivos se baseiam na consolidação dos ganhos históricos que a democracia e as reformas de livre mercado obtiveram em toda a região. Como se observa freqüentemente, a visão da ALCA, conforme definida na Declaração de Miami, é um impressionante divisor de águas, se pensarmos nas políticas econômicas fechadas e nos governos autoritários que dominaram tantos países da América Latina e do Caribe até recentemente (aproximadamente 10 anos atrás). O nosso objetivo geral na ALCA é ajudar a solidificar as reformas de livre mercado e os ganhos democráticos que reforçam a estabilidade e a oportunidade econômica na nossa região.

Estou firmemente convencido de que uma imagem mais concreta dos custos da falta de ação vai ajudar muito a vender a idéia da via rápida no Congresso. Os países da

América Latina e do Caribe são, atualmente, os mercados regionais mais dinâmicos e atraentes para os produtos dos Estados Unidos, comprando, em conjunto, 19,2 por cento das nossas exportações. As vendas dos Estados Unidos para esses países, no momento, estão crescendo a uma taxa anual de aproximadamente 23 por cento. Isso é quase quatro vezes a taxa de crescimento das exportações dos Estados Unidos em geral. As exportações dos Estados Unidos para o Brasil cresceram em 25,1 por cento em 1997. Essas tendências têm como origem o fato de que os padrões comerciais históricos estão mudando. Até o final de 1998, estima-se que as nossas exportações para o Hemisfério Ocidental ultrapassarão as nossas exportações para a Europa; até o ano 2010, elas podem até superar as exportações dos Estados Unidos para a Europa e para o Japão, combinadas. Esses números representam relações comerciais vibrantes, que serão duradouras e prósperas apesar dos problemas que temos tido em Washington, para aprovar a legislação referente à via rápida.

Um resultado significativo na Cúpula das Américas em Santiago ilustrará claramente os custos práticos, no futuro, que resultarão da ausência da autoridade para a via rápida. Quando as empresas e os trabalhadores dos Estados Unidos puderem ver, em linhas gerais, como os países pretendem negociar a remoção das barreiras comerciais em conformidade com a ALCA, eles poderão ter uma percepção melhor das oportunidades de acesso ao mercado que estarão perdendo no seu setor se os negociadores dos Estados Unidos não tiverem a autoridade de que necessitam para obter o melhor acordo possível.

## **A NECESSIDADE DE SEGUIR EM FRENTE**

A responsabilidade que o Congresso e o presidente têm é de conseguir promulgar a legislação referente à via rápida para que a promessa da ALCA e os compromissos da Declaração de Miami, que estabelecem novos precedentes, não sejam sacrificados. O fato é que o presidente e os republicanos, junto com alguns democratas no Congresso, progrediram muito ao criar legislação que incorpora o que eu creio ser a variedade mais ampla possível de pontos de vista a respeito da direção da política comercial dos Estados Unidos no futuro. Temos um excelente projeto; no entanto, precisamos de mais tempo e mais exemplos concretos de oportunidades perdidas para vender a idéia, com sucesso, na Câmara dos Deputados.

Acredito, sinceramente, que o presidente tem a intenção de continuar trabalhando com o Congresso, apesar das exigências da crise financeira e da instabilidade monetária na Ásia, que nos afetam a todos. Não existe a menor dúvida quanto à importância da reunião de Santiago e quanto à necessidade de seguir em frente. A falta de ação à luz de pequenos obstáculos, como um atraso na aprovação da via rápida, é uma decisão de sacrificar uma chance nunca antes vista, de atingir objetivos fundamentais de segurança, assim com os enormes ganhos econômicos, para as empresas e para os trabalhadores do nosso hemisfério. □

---

---

## □ DA DÉCADA PERDIDA DO HEMISFÉRIO OCIDENTAL À CUPULA DE SANTIAGO

---

*Carla Hills, Presidente Principal Executiva da Hills & Company*

*A liderança dos Estados Unidos no início da década de 90, promovendo o comércio mais livre, as reformas econômicas, e a reestruturação da dívida, ajudou a criar as condições para a decisão dos líderes do Hemisfério Ocidental, na Cúpula das Américas em Miami, em 1994, de estabelecer uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), diz Carla Hills, que foi a representante do governo dos Estados Unidos na área de comércio exterior de 1989 a 1993.*

*O que os líderes do hemisfério devem fazer na Cúpula das Américas em Santiago, em 1998, é transformar a visão de Miami em realidade, diz ela.*

*Atualmente Hills é a presidente e principal executiva da empresa de consultoria Hills & Company, em Washington.*

---

Quando os 34 líderes democraticamente eleitos do Hemisfério Ocidental se reunirem em Santiago, em abril, eles deverão tratar de uma pauta de cooperação que seria inconcebível há apenas uma década. O governo democrático, um comprometimento crescente com os mercados livres, e uma aceitação cada vez maior da interdependência econômica, estão criando um novo ambiente de oportunidade em toda a região.

Para a maior parte da América Latina, a década de 80 foi uma década perdida, caracterizada pela estagnação econômica e castigada por uma dívida externa que limitava o acesso aos mercados financeiros internacionais. A renda média per capita em toda a região caiu 9 por cento entre 1980 e 1990. A inflação, em algumas das maiores economias, em 1990, foi superior a 1.000 por cento; o fato de que somente algumas pequenas economias tiveram índices de inflação de um dígito é significativo.

Da mesma forma, não houve progresso na integração econômica da região. Em 1990, o comércio dentro da América Latina somou 15,8 por cento do comércio total desses países. No entanto, o comércio intra-regional no Grupo Andino somou apenas 4 por cento do comércio total dos seus países-membros. O MERCOSUL ainda não havia sido criado, e o comércio entre os seus quatro

atuais países-membros, que incluem as duas maiores economias da América do Sul, somou somente 9 por cento do seu comércio total.

### **A DÉCADA PERDIDA: A RECUPERAÇÃO**

A partir dos primeiros anos da década de 90, os Estados Unidos tiveram uma função essencial de liderança, no sentido de estimular uma transformação econômica e política na região. Com o lançamento da Iniciativa Para as Américas (Enterprise for the Americas Initiative) e a abertura das negociações com o México e o Canadá, sobre o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (North American Free Trade Agreement) (NAFTA), a política dos Estados Unidos criou uma estratégia para estimular o crescimento econômico sustentado e a liberalização na região.

A Iniciativa Para as Américas foi uma proposta abrangente com os seguintes objetivos:

- Criar uma base para um sistema de livre comércio em todo o hemisfério;
- Estimular as reformas econômicas fundamentais;
- Aliviar o fardo da dívida;
- Promover programas ambientais sérios.

A assinatura do NAFTA em 1992 e a implementação bem-sucedida do Plano Brady para reestruturar a dívida latino-americana abriram as perspectivas para o progresso do hemisfério, baseado em políticas de mercado e no livre comércio. A liberalização do mercado passou a ser uma prioridade na região, e com ela, um comprometimento mais determinado com os tipos de reformas econômicas internas necessárias para dar suporte a uma economia aberta.

As privatizações generalizadas de empresas estatais geraram um novo dinamismo e proporcionaram novos recursos a economias que estavam até então, descapitalizadas. Reformas na seguridade social e nas leis trabalhistas, desregulamentação dos governos, e reformas

financeiras tornaram as economias mais flexíveis e mais transparentes. O hemisfério, como uma coletividade, estava adotando uma economia de mercado.

## **PROGRESSO APÓS A CÚPULA DE MIAMI**

Esta mudança na conscientização era fácil de perceber durante a Cúpula das Américas em Miami, em 1994. Havia sido criada uma massa crítica que, por sua vez, resultou em um consenso sobre uma variedade surpreendentemente grande de questões. Mesmo os assuntos que eram considerados tabus anteriormente, como a corrupção, foram tratados às claras pelos participantes.

O pilar de sustentação da cúpula era o comprometimento mútuo de obter um acordo sobre uma Área de Livre Comércio das Américas até o ano 2005. O compromisso com a ALCA foi o símbolo de um compromisso no sentido de continuar as reformas, e mais importante ainda, da expectativa de que a melhoria no acesso ao mercado no hemisfério todo justificaria plenamente essas medidas freqüentemente dolorosas.

Nos anos que se sucederam ao evento de Miami, tem sido demonstrado, repetidas vezes, que o estabelecimento de mercados abertos e a reestruturação são as coisas certas a serem feitas.

Após a crise do peso de 1994-95, e impulsionado pelos seus compromissos com o NAFTA, o governo mexicano seguiu uma política rigorosa e consistente de liberação contínua que permitiu um rápido retorno ao crescimento. A economia mexicana cresceu em 7 por cento em 1997, caracterizada por sólidas melhorias no nível de emprego, inflação, e consumo doméstico.

O Brasil, da mesma forma, contrariou as expectativas mais pessimistas colocando em prática, com firmeza, o seu Plano Real e mantendo a inflação baixa, em um recorde do período pós-guerra, de 4.5 por cento, e mantendo, ao mesmo tempo, um modesto crescimento. Na Argentina, Peru, Chile e El Salvador, a história tem sido parecida –

economias estáveis gerando taxas de crescimento consideráveis. Em toda a região, o investimento estrangeiro líquido quadruplicou desde 1991.

A integração comercial na região tem sido um elemento essencial para essa recuperação econômica. O sucesso do NAFTA e a perspectiva de livre comércio no hemisfério deram um novo impulso aos esforços para a integração. Acordos comerciais bilaterais e multilaterais têm proliferado. O MERCOSUL tem sido bem sucedido, tanto no desenvolvimento do seu mercado interno quanto em atrair o interesse dos seus vizinhos.

## **A TAREFA EM SANTIAGO**

O objetivo fundamental da cooperação no hemisfério é garantir níveis de crescimento econômico altos, sustentáveis e amplamente compartilhados. Sem esse crescimento, o atingimento de todos os outros objetivos fica ameaçado. A pobreza é um gerador muito mais potente de degradação ambiental do que o desenvolvimento. As economias desprovidas de recursos não estão preparadas para fazer as mudanças institucionais necessárias para defender melhor os direitos humanos ou reforçar a infra-estrutura social. A incapacidade de garantir uma melhoria gradual nas condições econômicas da maioria da população acaba corroendo a credibilidade das instituições democráticas e das reformas econômicas, quando essas últimas são frágeis.

As mudanças realmente revolucionárias pelas quais o nosso hemisfério passou na última década deixaram nossas nações coletivamente mais fortes, mais confiantes, e mais capazes de enfrentar os desafios da economia global. Santiago pode dar um novo impulso a um empreendimento que ainda está longe de chegar à sua conclusão. □

---

---

## ❑ LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO NAS AMÉRICAS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

---

*Miguel Rodriguez, Diretor da Unidade de Comércio, Organização dos Estados Americanos*

*Embora os obstáculos para se conseguir formar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) sejam muito grandes, eles não são intransponíveis, diz Miguel Rodriguez, diretor da unidade de comércio da Organização dos Estados Americanos.*

*As pessoas que apóiam a ALCA precisam dirimir as dúvidas, nos Estados Unidos, sobre o livre comércio e o cansaço na América Latina, depois de anos de reformas econômicas, ele diz. As negociações da ALCA devem ter como objetivo chegar a um acordo que respeite as alianças existentes, que supere os receios das economias menores, e que não viole as obrigações junto à Organização Mundial do Comércio.*

---

Um interessante estudo, recentemente produzido pelo Banco Mundial, definindo uma pauta para reformas na América Latina e no Caribe, tem o título –muito adequado – de “A Longa Marcha”. Isso é uma referência ao fato de que a manutenção da estabilidade econômica na região exigirá um comprometimento constante com uma série de iniciativas abrangentes de política. O relatório observa que muitos, ou talvez todos esses esforços, provavelmente exigirão anos de cuidadoso cultivo antes de dar frutos.

Este certamente é o caso com a liberalização de comércio. Uma redução maior nas barreiras ao fluxo de produtos e serviços na região pode ser reforçada por um alto nível de integração econômica nas Américas. Isso pode, muito bem, levar anos para ser conseguido. Mas um trabalho em conjunto, com iniciativas que têm, como objetivo, áreas como política fiscal, infra-estrutura, e mercados de trabalho, liberalização do comércio, incluindo liberalização do comércio regional, é essencial para o sucesso do que às vezes é chamado de “segunda geração” de reformas econômicas.

A boa notícia na área comercial é que a “primeira geração” das reformas (isto é, as iniciativas implementadas no fim da década de 80 e início da década de 90 que salvaram a região da sua debilitante crise de dívida) proporcionam uma base sólida para que se tenha como objetivo uma

pauta ambiciosa. Desde os últimos anos da década de 90, muitos países têm agido de forma unilateral para abrir os seus mercados. Para fortalecer essas ações, tem havido um grande número de negociações que criaram uma nova rede de alianças de liberalização de comércio nas Américas, e ao mesmo tempo fortaleceram os velhos laços.

Embora a conclusão do Acordo de Livre Comércio da América do Norte tenha atraído – merecidamente – muita atenção, a mudança mais radical ocorreu na América Latina, onde as economias, que anteriormente eram protecionistas, deram meia volta e se converteram ao credo do livre comércio. Desde os últimos anos da década de 80, as tarifas médias na região caíram de 40 por cento para 11 por cento.

As tarifas mais baixas ajudaram a intensificar os esforços latino-americanos no campo do comércio e da integração, como se pode ver na nova vitalidade presente em grupos sub-regionais tais como a Comunidade Andina, o Mercado Comum da América Central, e a Comunidade e Mercado Comum do Caribe (CARICOM).

### **O IMPACTO DO MERCOSUL**

Outro poderoso exemplo dessa nova ordem pode ser encontrado no Cone Sul da América do Sul, onde o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai se uniram para formar o MERCOSUL. Somente na primeira metade da década, o volume de comércio entre os países-membros triplicou, com o incentivo do MERCOSUL.

Um fato de igual importância é que o MERCOSUL alcançou toda a América do Sul. O Chile e a Bolívia agora estão ligados ao MERCOSUL através de acordos comerciais, e há negociações em andamento para formar ligações similares entre o MERCOSUL e outras nações da América do Sul (e também com o México e o Canadá). A idéia, que antigamente era remota, de uma Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCAS) (South American Free Trade Area) (SAFTA) agora parece estar prestes a se tornar realidade.

Mantendo o potencial de unificar todas essas atividades de abertura de mercado no norte e no sul, sob a égide de um único acordo, há o esforço atual no sentido de construir uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Embora essa idéia tenha sido cogitada desde a época de Bolívar, ela só decolou mesmo na Cúpula das Américas em Miami, onde os líderes das democracias do hemisfério concordaram em construir uma área de livre comércio do Yukon à Patagônia, e concluir as negociações até 2005.

A realização dessa visão resultaria na maior área de livre comércio do mundo, um empreendimento que envolveria 34 países, 754 milhões de pessoas, e economias com um produto interno bruto combinado de 9 trilhões de dólares.

## **DESAFIOS PARA A ALCA**

Nos dois últimos anos, governos nas Américas vem formando as bases para a ALCA, concentrando-se na coleta sistemática das informações técnicas que devem estar disponíveis antes do início das negociações. Agora o processo chegou a uma fase crítica. Em abril, na Cúpula das Américas, em Santiago, no Chile, espera-se que os líderes do hemisfério iniciem formalmente as negociações da ALCA. A pergunta é: O que acontecerá após o início das negociações?

Os desafios para a ALCA, no momento em que ela passa para o próximo nível, são grandes mas não são intransponíveis. Na área política, as negociações prosseguirão muito rapidamente se houver um sólido apoio do público à ALCA. E há questões a serem tratadas nessa área. Por exemplo, nos Estados Unidos, a incerteza sobre os benefícios do livre comércio impediu o atual governo de obter o tipo de autoridade para negociação que reforçaria a sua participação no processo. Enquanto isso, na América Latina, algumas pessoas acham que o povo está sofrendo de “fadiga de reforma” e que por isso será difícil gerar um entusiasmo considerável para que se possa lutar pela realização da ALCA.

A área de política comercial, a ALCA precisa, de alguma forma, unir as economias das Américas em um único acordo, e ao mesmo tempo preservar, de alguma maneira, as alianças existentes, como o MERCOSUL e a Comunidade Andina, cujos ideais ultrapassam aquilo que normalmente chamamos de áreas de livre comércio. Além disso, a ALCA procura unir algumas das menores economias do mundo a algumas das maiores do mundo

(Considere o fato de que a economia do Canadá é 125 vezes maior do que a da Jamaica; e a economia do Canadá não é a maior economia das Américas, e nem a da Jamaica é a menor delas.) As economias menores precisam de alguma garantia de que a ALCA não é uma ameaça ao seu bem-estar, mas, em vez disso, é uma oportunidade para o crescimento.

Além disso, a ALCA não pode conter medidas que entrem em conflito com as obrigações dos seus membros junto à Organização Mundial do Comércio (OMC). Em outras palavras, embora a ALCA deva melhorar as condições para o comércio entre os países das Américas, ela não poderá fazer isso criando barreiras para outros países.

## **OS BENEFÍCIOS DA ALCA**

Naturalmente, todos os desafios à ALCA representam, também, benefícios em potencial.

Politicamente, uma saudável discussão pública a respeito dos efeitos positivos dos mercados abertos deve criar uma base mais ampla de apoio para a ALCA, particularmente no nível popular. Em vez de se sentirem ameaçados pelo debate, os defensores da ALCA devem aproveitá-lo como uma oportunidade de defender o livre comércio. Isso não significa que o livre comércio deve ser alardeado como a cura para todos os males. Mas também não se deve permitir que ele sirva de bode expiatório para todas as nossas incertezas econômicas.

No que diz respeito ao fortalecimento da política comercial, a ALCA pode servir como um veículo para se fixar nas medidas de abertura de mercado da década de 90 e fazer com que a volta ao protecionismo seja uma opção menos atraente. Ela também proporcionaria um conjunto comum de normas para todo o hemisfério, em áreas como política de investimentos, procedimentos alfandegários, e normas, fazendo com que fique muito mais fácil se beneficiar das oportunidades de negócios nas Américas.

Além do mais, em relação ao seu efeito sobre os acordos da OMC, a ALCA pode abrir novos caminhos em áreas que não foram tratadas de maneira abrangente pela OMC -- como, por exemplo, a prestação de serviços e a política de concorrência -- proporcionando, portanto, uma modelo para novos acordos em âmbito mundial.

Com certeza, a liberalização do comércio nas Américas não é uma coisa que acontece no vácuo. Além de vencer os desafios mencionados acima, a ALCA e outras iniciativas na área comercial só darão certo se forem adiante em conjunto com uma série de atividades, lidando com uma variedade de questões sociais e econômicas.

Como o Secretário Geral da OEA, Cesar Gaviria, freqüentemente avisa, a pauta do comércio nas Américas só pode progredir “se compreendermos os aspectos econômicos e políticos da integração – a combinação das forças econômicas, sociais, e políticas necessárias para viabilizar a integração na realidade concreta do processo decisório nos nossos países.”□

## FATOS E NUMEROS

---

### ❑ AS CUPULAS DAS AMÉRICAS: PRINCIPAIS REUNIÕES DE MIAMI A SANTIAGO

---

**A CUPULA DAS AMÉRICAS**  
MIAMI, FLORIDA, E.U.A.  
DE 9 A 11 DE DEZEMBRO DE 1994

Os 34 líderes democraticamente eleitos da região realizam a sua primeira reunião da história e assinam a Declaração de Princípios de Miami. Eles afirmam os seus interesses em comum quanto à prosperidade, democracia, e segurança no hemisfério, e concordam em começar a trabalhar imediatamente no sentido de estabelecer uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) até 2005.

**PRIMEIRA REUNIÃO DOS MINISTROS DO COMÉRCIO DO HEMISFÉRIO OCIDENTAL**  
DENVER, COLORADO, E.U.A .  
30 DE JUNHO DE 1995

Os ministros do Comércio da região se reúnem pela primeira vez para examinar as abordagens para se construir uma ALCA que seria um avanço em relação aos acordos comerciais regionais e bilaterais existentes. Eles afirmam que a ALCA deve ser inteiramente consistente com os acordos que estabelecem a Organização Mundial do Comércio (OMC) e anunciam a criação dos seguintes grupos de trabalho: Normas e Barreiras Técnicas ao Comércio; Procedimentos Alfandegários e Normas de Origem; Economias Menores; Investimento; Acesso ao Mercado; Subsídios, Antidumping (Esforços Para Combater a Concorrência Predatória) e Impostos de Contrapartida; e Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.

**SEGUNDA REUNIÃO DOS MINISTROS DO COMÉRCIO DO HEMISFÉRIO OCIDENTAL**  
CARTAGENA, COLÔMBIA  
21 DE MARÇO DE 1996

Os ministros do Comércio determinam que os seus vice-ministros avaliem quando e como iniciar as negociações formais para a ALCA, e apresentem recomendações sobre essas questões na próxima reunião de ministros. Eles anunciam a criação de quatro grupos de trabalho

adicionais; Compras Governamentais, Direitos à Propriedade Intelectual, Política de Concorrência, e Serviços.

**TERCEIRA REUNIÃO DOS MINISTROS DO COMÉRCIO DO HEMISFÉRIO OCIDENTAL**  
BELO HORIZONTE, BRASIL  
16 DE MAIO DE 1997

Em uma declaração conjunta, os ministros do Comércio da região recomendam que as negociações formais referentes à ALCA sejam iniciadas na Segunda Cúpula das Américas, em Santiago, Chile.

Além disso, eles recomendam que, nas conversações referentes à ALCA, seja levada em consideração a abrangente pauta social e econômica da Declaração de Princípios de Miami e do Plano de Ação que a acompanha. Eles também estabelecem um grupo de trabalho sobre Resolução de Disputas.

#### GRUPOS DE TRABALHO DA ALCA

- Normas e Barreiras Técnicas ao Comércio
- Procedimentos Alfandegários e Normas de Origem
- Economias Menores
- Compras Governamentais
- Investimentos
- Direitos à Propriedade Intelectual
- Acesso ao Mercado
- Política de Concorrência
- Subsídios, Antidumping, e Impostos de Contrapartida
- Serviços
- Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
- Resolução de Disputas

Fonte: Comitê Tríplice: (Banco Interamericano de Desenvolvimento, Organização dos Estados Americanos, Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe)

## ☐ COMÉRCIO DOS ESTADOS UNIDOS EM 1997 COM OUTROS PAISES DA ALCA

Milhões de dólares, sem ajustes de acordo com a temporada

	Saldo bilateral	1997 exportações	1997 importações
North America			
Canadá	-16,600.0	151,450.5	168,050.5
México	-14,451.6	71,378.3	85,829.9
Central America			
Belize	37.5	114.8	77.3
Costa Rica	-300.0	2,023.5	2,323.4
El Salvador	51.6	1,398.2	1,346.6
Guatemala	-262.4	1,727.7	1,990.1
Honduras	-308.6	2,013.6	2,322.1
Nicarágua	-149.9	289.3	439.2
Panamá	1,170.4	1,537.8	367.4
Caribe			
Antigua e Barbuda	80.0	85.1	5.0
Bahamas	644.1	809.9	165.8
Barbados	238.9	281.1	42.1
Dominica	28.3	37.4	9.1
República Dominicana	-400.8	3,928.2	4,329.0
Grenada	34.1	40.6	6.5
Haiti	311.6	499.9	188.2
Jamaica	679.5	1,417.4	737.9
São Cristóvão e Névis	7.9	37.8	29.9
Santa Lúcia	55.1	89.3	34.2
São Vicente e Granadinas	50.0	54.4	4.3
Trinidad e Tobago	-27.0	1,106.0	1,133.0
América do Sul			
Argentina	3,595.4	5,807.8	2,212.4
Bolívia	72.3	295.3	222.9
Brasil	6,282.5	15,912.3	9,629.7
Chile	2,076.4	4,375.1	2,298.7
Colômbia	474.3	5,198.6	4,724.3
Equador	-532.8	1,522.7	2,055.4
Guiana	30.5	142.5	112.0
Paraguai	872.5	913.2	40.7
Peru	187.2	1,959.8	1,772.6
Suriname	91.7	183.2	91.5
Uruguai	319.1	547.5	228.5

Venezuela	-6,841.0	6,607.5	13,448.5
	Saldo bilateral	1997 exportações	1997 importações
<b>DESPACHOS</b>			
América do Norte	-32,377.7	221,502.7	253,880.4
América do Sul / Central	9,367.7	63,034.0	53,666.3
Europa Ocidental	-17,500.0	155,415.5	172,915.5
Europa Oriental	-727.2	7,721.5	8,448.7
Antigas Repúblicas Soviéticas	-284.2	5,029.8	5,314.0
Bacia do Pacífico	-121,084.4	193,921.3	315,005.7
Total Mundial	-181,827.2	688,896.1	870,723.3

OBSERVAÇÃO: Os números referentes à exportações são relacionados base f.a.s., isto é, incluem as despesas de transporte até o cais.

Fonte: U.S. Department of Commerce, Bureau of the Census

---

## ❑ INICIATIVAS AMERICANAS PARA A LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO NO HEMISFÉRIO OCIDENTAL

---

### **U.S.-CANADA FTA AND NAFTA (ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO E.U.A.- CANADÁ E NAFTA)**

Os Estados Unidos criaram as maiores áreas de livre comércio do mundo, depois da União Européia, com a implementação do Acordo de Livre Comércio EUA - Canadá (FTA) em 1989, e em seguida o North American Free Trade Agreement (NAFTA) (Acordo Norte-Americano de Livre Comércio) — que compreende o Canadá, o México e os Estados Unidos — em 1994.

Quando o NAFTA entrou em vigor, a operação do FTA foi suspensa e a maioria das suas disposições foi incorporada ao novo e maior acordo.

Os Estados Unidos já são o maior mercado de exportação do Canadá e do México. O Canadá é o maior mercado de exportação dos Estados Unidos, e o México é o seu segundo maior mercado de exportação.

O objetivo do NAFTA é eliminar barreiras ao comércio e investimento entre os três países. A implementação do NAFTA em 1º de janeiro de 1994 resultou na eliminação imediata de tarifas sobre mais da metade dos produtos que os Estados Unidos importam do México e mais de um terço dos produtos que os Estados Unidos exportam para o México. Dentro de um prazo de 10 anos a partir da implementação do acordo, todas as tarifas entre os Estados Unidos e o México devem ser eliminadas com exceção daquelas sobre alguns produtos agrícolas que os Estados Unidos exportam para o México, as quais serão eliminadas em 15 anos. A maior parte do comércio entre os Estados Unidos e o Canadá já é isenta de tarifas. O NAFTA também se destina a eliminar as barreiras não tarifárias ao comércio.

O acordo NAFTA faz com que todos os parceiros se comprometam a eliminar as restrições sobre os investidores estrangeiros dos países membros do NAFTA, a proporcionar um alto nível de proteção dos direitos da propriedade intelectual, a liberalizar o comércio de

serviços, e a estabelecer mecanismos para a resolução de disputas, a serem usados entre os três parceiros. O NAFTA possui acordos paralelos sobre normas ambientais e trabalhistas; isso faz dele o primeiro acordo comercial norte-americano formalmente relacionado a tais compromissos.

O principal órgão responsável pela fiscalização da NAFTA é a Comissão de Livre Comércio da América do Norte (North American Free Trade Commission), formada pelo representante Comercial dos Estados Unidos, pelo ministro do Comércio Internacional do Canadá e pelo secretário do Comércio e Desenvolvimento Industrial do México. A comissão instituiu grupos de trabalho e equipes de assessores para tratar da operação rotineira do acordo.

O NAFTA possui as suas próprias normas a respeito da liberalização de comércio e investimentos, que são usadas em complementação às normas da Organização Mundial do Comércio, ou no lugar delas. As normas do NAFTA se aplicam a áreas que incluem abertura para compras dos governos, normas sobre produtos, direitos à proteção da propriedade intelectual, padrões de telecomunicações, investimentos, normas de origem, salvaguardas para excessos de importações, e serviços.

### **OUTRAS INICIATIVAS PARA A LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO**

O governo dos Estados Unidos patrocinou duas grandes iniciativas unilaterais para estimular a maior abertura no comércio e mais investimento como parte de uma política de comércio em vez de ajudas para o desenvolvimento regional.

A Iniciativa da Bacia do Caribe (Caribbean Basin Initiative) e o Ato de Preferência Comercial Para Região Andina (Andean Trade Preference Act) se baseiam no Sistema Generalizado de Preferências (Generalized System of Preferences) (GSP), de âmbito mundial, de acordo com o qual os Estados Unidos e outros países industrializados

eliminam as tarifas sobre a maioria dos produtos dos países em desenvolvimento.

Iniciativa da Bacia do Caribe (Caribbean Basic Initiative) (CBI): A CBI foi estabelecida em 1982 para estimular o crescimento das indústrias voltadas para a exportação nas economias menores do Caribe e da América Central. O objetivo é ajudar a reduzir a dependência da região das exportações de mercadorias e produtos agrícolas tradicionais porém de preço volátil. A mola mestra da CBI é o programa unilateral dos Estados Unidos, de isenção e redução de tarifas, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1984 e que foi aperfeiçoado em 1990.

As isenções e reduções de tarifas da CBI cobrem mais produtos do que o GSP, são de caráter permanente, e não são sujeitas às análises anuais nas quais elas podem ser suspensas por certos motivos, como é o caso daquelas em conformidade com o GSP. Os 24 participantes da CBI incluem todos os países da América Central, todos os países insulares do Caribe (com exceção de Cuba, Anguilla, as Ilhas Caimã, e as Ilhas Turks e Caicos), e a Guiana. Os beneficiários não podem ser excluídos do programa por causa de aumentos na renda per capita, como acontece no GSP, embora os países possam ser suspensos por outros motivos.

Em 1996, dos US \$14,544 milhões em produtos que os Estados Unidos importaram dos países da CBI, 18,9 por cento entraram sem pagar tarifas, e outros 0,3 por cento, com tarifas reduzidas em conformidade com o programa CBI. Costa Rica e a República Dominicana forneceram cerca de 57 por cento dos produtos que os Estados Unidos importaram em conformidade com a CBI. Esses dois países são também os maiores exportadores da região do Caribe para os Estados Unidos.

Inicialmente a CBI não incluía artigos de vestuário. No entanto, um programa especial garante aos países da CBI generosas quotas de importação para roupas produzidas com tecidos fabricados e cortados nos Estados Unidos. A indústria do vestuário é aquela cujas exportações, da região para os Estados Unidos, crescem mais rapidamente. Em 1996, a indústria do vestuário foi responsável por 42 por cento do valor total das importações americanas dos países que podem participar da CBI.

Lei de Preferência Comercial Para Região Andina (Andean Trade Preference Act): O Andean Trade

Preference Act (ATPA), que entrou em vigor em dezembro de 1991, elimina ou reduz as tarifas sobre produtos designados que os Estados Unidos importam da Bolívia, Colúmbia, Equador, e Peru. O objetivo da ATPA é promover o desenvolvimento econômico, com uma base mais ampla, dos países Andinos, e portanto, oferecer alternativas econômicas a longo prazo, para substituir o cultivo da coca e a produção da cocaína.

Em comparação com o GSP, a ATPA cobre mais produtos, oferece normas mais liberais para a qualificação de produtos, e não tem análises anuais nas quais os itens podem perder sua elegibilidade. As concessões tarifárias do ATPA expiram em dezembro de 2001.

Em 1996, dos US\$7,867 milhões em produtos que os Estados Unidos importaram dos países da ATPA, 15,8 por cento entraram isentos de impostos em conformidade com o programa ATPA, e 0,3 por cento entraram com redução de impostos.

Dos quatro países, a Colúmbia é o maior parceiro comercial dos Estados Unidos e o maior beneficiário da ATPA. Os principais produtos qualificados em conformidade com a ATPA são flores frescas, que somam aproximadamente um quarto dos produtos que entram pelo programa; a maioria vem da Colúmbia.

## **ENTERPRISE FOR THE AMERICAS INITIATIVE (EAI) (INICIATIVA PARA AS AMÉRICAS)**

A EAI foi estabelecida em 1990 para capitalizar a nova filosofia entre os líderes latino-americanos a favor da liberalização do comércio e do investimento.

Na época da sua criação, três itens que formavam a base da EAI eram a liberalização do comércio, a liberalização e a reforma dos investimentos, e redução negociada das dívidas que os países da EAI tinham, diretamente, junto ao governo dos Estados Unidos.

Para proporcionar as condições para levar adiante os esforços para a liberalização, a EAI determinava que acordos básicos de liberalização do comércio e dos investimentos fossem assinados pelos Estados Unidos e cada país ou bloco de países da América Latina que fosse elegível..

Cada acordo estabelecia um Conselho de Comércio e Investimento (Trade and Investment Council) que servia

de ambiente para que os representantes de ambos os lados se reunissem regularmente para discutir as questões referentes às barreiras ao comércio e aos investimentos.

No primeiro ano da EAI, os Estados Unidos assinaram acordos estruturais de comércio e investimentos com quase todos os países elegíveis da América Latina. Houve também acordos com o MERCOSUL e o CARICOM.

As reuniões dos conselhos de comércio e investimento continuam. Algumas reuniões estão marcadas para 1998.□

Fontes: U.S. International Trade Commission; Office of the U.S. Trade Representative; U.S. Department of Commerce

---

## ❑ GRUPOS SUB-REGIONAIS DE COMÉRCIO

---

*Alguns estados latino-americanos e caribenhos têm formado, nos últimos anos, grupos regionais com o objetivo de estabelecer políticas comerciais comuns e, em alguns casos, políticas monetárias comuns. A seguir apresentamos uma relação das organizações mais conhecidas formadas por esses estados.*

---

### MERCADO COMUM DO SUL

(Mercado Comum del Sur/Mercado Comum do Sul Mercosur/Mercosul)

O Mercado Comum do Sul, mais conhecido pelo acrônimo Mercosur, em espanhol, ou Mercosul, em português, foi criado em 1991 e é o maior dos grupos regionais: Seus membros são: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O Chile e a Bolívia são membros associados.

O Mercosul foi criado com o objetivo de estimular a integração econômica entre os países-membros, por meio do livre fluxo de produtos e serviços. Um mercado comum, entre os membros, que removeram as tarifas de 85 por cento do comércio intra-regional, entrou em vigor em 1º de janeiro de 1995. A tarifa comum externa do Mercosul também entrou em vigor naquela data, assim como uma lista de exceções. O Mercosul tem o objetivo de ter tarifas comuns sobre todas as importações até 2006. O Mercosul também defende a adoção de uma política comercial comum e uma coordenação comum na política econômica.

A instituição de política com a maior autoridade no Mercosul é o Conselho de Mercado Comum. Esse conselho aprova quaisquer mudanças nos regulamentos, como aumentos ou diminuições nas tarifas comuns.

### A COMUNIDADE ANDINA

A Comunidade Andina foi estabelecida em 1996 como sucessora do Grupo Andino, cujas origens remontam ao Acordo de Cartagena de 1969, também conhecido como Pacto Andino. Os membros da Comunidade Andina são: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, e Venezuela. O Panamá tem o status de observador. O Chile foi um dos membros fundadores do Pacto Andino, mas se retirou em 1976.

A intenção original do Grupo Andino era aumentar o comércio entre os membros e criar programas industriais conjuntos para indústrias como a petroquímica, a metalúrgica, e a automobilística. Houve também um esforço no sentido de lançar uma moeda comum.

Um acordo do Grupo Andino de 1971, que limitava rigidamente o investimento estrangeiro nos países-membros, foi eliminado em maio de 1987, quando os membros assinaram o Protocolo de Quito, segundo o qual cada um deles poderia estabelecer as suas próprias normas.

Depois que a associação passou por uma fase de decadência durante a década de 80, foi feito um esforço, em 1990, para revitalizá-la. O Protocolo de Reforma do Acordo de Cartagena, de 1996 mudou a natureza da organização. As principais características da nova organização incluem um Conselho Presidencial Andino para proporcionar liderança, uma comissão, e um Secretariado Geral. A Comunidade Andina mantém uma tarifa externa comum, com algumas exceções.

Os membros da Comunidade Andina estão, no momento, negociando com o Mercosul, para se unir a ele como um grupo de membros associados.

### CENTRAL AMERICAN COMMON MARKET (CACM) (MERCADO COMUM CENTRO-AMERICANO)

(Mercado Comum Centroamericano - MCC)

O Mercado Comum Centro-Americano foi fundado em 1960 sob a égide do Tratado Geral Para a Integração Centro-Americana. Os membros do MCC são: Costa Rica, Guatemala, El Salvador, Honduras, e Nicarágua.

A intenção original do Tratado Geral era criar uma área de livre comércio entre os países da América Central, e ao mesmo tempo estabelecer uma tarifa comum com os países não membros. Um Secretário Permanente para o tratado foi nomeado para proporcionar suporte institucional para o processo de integração. Houve também um acordo, assinado em 1964, que tinha o

objetivo de harmonizar, em alguma época no futuro, as políticas monetárias e adotar uma moeda comum.

O MCC fez um progresso considerável no sentido de alcançar os seus objetivos comerciais na década de 60. No entanto o início do fim foi em 1970, após um breve conflito entre Honduras e El Salvador. Honduras começou a cobrar impostos sobre as importações de outros países do MCC e impôs um embargo comercial contra El Salvador que só foi suspenso em 1982. A agitação política na região, na década de 80, relegou a integração da América Central ao segundo plano. O comércio entre os membros do MCC caiu drasticamente. Em 1990, os presidentes dos cinco países da América Central se comprometeram com a revitalização do MCC, como parte dos esforços para promover a paz, no momento em que a intensidade das guerras civis regionais estava diminuindo. No final de 1993, os presidentes dos países do MCC e o presidente do Panamá assinaram um protocolo ao tratado de 1960, se comprometendo com a total integração econômica da região.

O MCC mantém uma tarifa externa comum. A organização também, possui um banco de desenvolvimento, o Banco da Integração Econômica Centro-Americana (Bank for Central American Economic Integration).

#### **COMUNIDADE E MERCADO COMUM DO CARIBE (CARIBBEAN COMMUNITY AND COMMON MARKET) (CARICOM)**

O CARICOM foi fundado em 1973 com a assinatura do Tratado de Chaguaramas, sendo o sucessor da Associação de Livre-Comércio do Caribe (Caribbean Free Trade Association) (Carifta), fundada em 1968.

Os 14 membros do CARICOM incluem 13 ex-territórios britânicos e o Suriname. Os membros são: Antigua e Barbuda, as Bahamas, Barbados, Belize,

Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Montserrat, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, e Trinidad e Tobago. As Ilhas Virgens Britânicas e as Ilhas Turks e Caicos são membros associados.

Os objetivos do CARICOM são a integração econômica dos membros por meio de um mercado comum, a coordenação das políticas de relações exteriores dos países-membros, e a cooperação funcional, especialmente nas áreas de desenvolvimento social e humano. O CARICOM mantém uma tarifa externa comum, com exceções.

#### **ORGANIZATION OF EASTERN CARIBBEAN STATES (OECS) (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS DO LESTE DO CARIBE )**

Sete membros do CARICOM formam um grupo menor, a Organização dos Estados do Leste do Caribe, que possui um banco central comum, e uma moeda comum; trata-se da única organização desse tipo no Hemisfério Ocidental. O Banco Central do Leste do Caribe emite o dólar caribenho, que é a moeda de Antigua e Barbuda, Dominica, Granada, Montserrat, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, e São Vicente e Granadinas, e de Anguilla, dependência do Reino Unido.

Os membros da OECS também possuem uma bolsa de valores em conjunto.□

Fontes: The Europa Yearbook; MERCOSUR; CARICOM

# RECURSOS DE INFORMAÇÃO

---

---

## PRINCIPAIS CONTATOS NO GOVERNO FEDERAL E SITES NA INTERNET

---

**Departamento de Comércio dos EUA**  
**Administração do Comércio Internacional**  
**Grupo de Política Econômica Internacional**  
Herbert Clark Hoover Building  
14th Street and Constitution Avenue, N.W.  
Washington, D.C. 20230 U.S.A.  
Telephone: (202) 482-3809  
Internet: <http://www.itaiep.doc.gov/ftaa2005/>

**Departamento de Estado dos EUA**  
2201 C Street, N.W.  
Washington, D.C. 20520 U.S.A.  
**Escritório para a Coordenação de Política Econômica e Cúpulas**  
Telephone: (202) 647-0614  
Internet: <http://131.94.20.45/state/>  
**Escritório de Assuntos Inter-Americanos**  
Telephone: (202) 647-5780  
Internet:

<http://www.state.gov/www/regions/ara/index.html>  
**Representante Comercial dos EUA**  
600 17th Street, N.W.  
Washington, D.C. 20506 U.S.A.  
Telephone: (202) 395-3230  
Internet: <http://www.ustr.gov>

**Departamento de Energia dos EUA**  
**Administração de Informações sobre Energia**  
Washington, D.C. 20585-0601 U.S.A.  
Telephone: (202) 586-8800  
Internet: <http://www.eia.doe.gov/summit/b.html>

**Comitê Tríplice:**  
— Banco Inter-Americano de Desenvolvimento  
— Organização dos Estados Americanos  
— Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe  
[http://www.alca-ftaa.org/EnglishVersion/Alca\\_e.htm](http://www.alca-ftaa.org/EnglishVersion/Alca_e.htm)

---

### OUTROS SITES-CHAVE NA INTERNET

**Unidade de Comércio da Organização dos Estados Americanos**  
[http://www.sice.oas.org/ftaa\\_e.stm](http://www.sice.oas.org/ftaa_e.stm)

**Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe**  
<http://www.eclac.org/index1.html>

**Conselho das Américas**  
<http://www.counciloftheamericas.org/index.html>

**Centro para a Cúpula das Américas**  
**Universidade Internacional da Flórida**  
<http://americas.fiu.edu/americas/americas-frames-content-noblue.html>

**Centro de Informações da Rede Latino-Americana**  
**Universidade do Texas**  
<http://lanic.utexas.edu/la/region/trade/>

**Conselho de Comércio Latino-Americano do Oregon**  
Sites for International Trade with Latin America  
<http://www.latco.org/tools.htm>

**Instituto das Américas**  
<http://ioa.ucsd.edu/>

---

## MATERIAL ADICIONAL DE LEITURA SOBRE A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS

---

Ahearn, Raymond J. *Trade and the Americas*. Washington, D.C.: The Library of Congress, Congressional Research Service, November 18, 1997.

Ahearn, Raymond J. *Western Hemisphere Trade Developments*. Washington, D.C.: The Library of Congress, Congressional Research Service, March 19, 1997.

Bryan, Anthony T. "The New Clinton Administration and the Caribbean: Trade, Security and Regional Politics." *Journal of Interamerican Studies & World Affairs*, Vol. 39, No. 1, Spring 1997.

Buck, R. William. "The Americas Business Forum in Belo Horizonte Makes Strong Strides Towards a Free Trade Agreement for the Americas." *Business America*, June 1997.

Buitelaar, Ruud and Pitou van Dijck, eds. *Latin America's New Insertion in the World Economy: Towards Systemic Competitiveness in Small Economies*. New York: St. Martin's Press, 1996.

Christian, Shirley. "Latin American Trade Relations." *Journal of Interamerican Studies & World Affairs*, Vol. 39, No. 1, Spring 1997.

Falcoff, Mark. *FTAA: The Moment of Truth Is Fast Approaching* (Working Paper). Washington, D.C.: American Enterprise Institute, September 1997.

Feinberg, Richard E. *Summitry in the Americas: A Progress Report*. Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1997.

Hornbeck, J.F. *A Free Trade Area of the Americas: Toward Integrating Regional Trade Policies*. Washington, D.C.: The Library of Congress, Congressional Research Service, September 25, 1997.

Hornbeck, J.F. *Chilean Trade and Economic Reform: Implications for NAFTA Accession*. Washington, D.C.: The Library of Congress, Congressional Research Service, October 17, 1997.

Nevaer, Louis. *New Business Opportunities in Latin America: Trade and Investment After the Mexican Meltdown*. Westport, Connecticut: Quoron, 1996.

Nishijima, Shoji and Peter Smith. *Cooperation or Rivalry?: Regional Integration in the Americas and the Pacific Rim*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1996.

Nolan, Joseph. "Free Trade Throughout the Americas: High Hurdles but High Hopes." *Vital Speeches*, Vol. 63, No. 7, January 15, 1997.

Paraskevopoulos, Christos, Ricardo Grinspun, and George Eaton. *Economic Integration in the Americas*. Brookfield, Vermont: E. Elgar, 1996.

Pena, Felix. "Integration and Democracy: The Experience of Mercosur." *Economic Reform Today*, No. 3, 1997.

Weintraub, Sidney. "U.S.-Latin American Economic Relations." *Journal of Interamerican Studies & World Affairs*, Vol. 39, No. 1, Spring 1997.

# **Perspectivas** **Econômicas**

*Volume 3*

*Uma Revista Eletrônica da Agência de Informações dos EUA*

*Número 2*

---

## **LIVRE COMÉRCIO E A CÚPULA DAS AMÉRICAS**

ENVIADO ESPECIAL PARA AS AMÉRICAS MACK MCLARTY:  
JORNADA RUMO À DEMOCRACIA, JUSTIÇA, PROSPERIDADE

VICE-REPRESENTANTE COMERCIAL DOS EUA RICHARD FISHER:  
ALCA - COMPROMISSO COM O COMÉRCIO LIVRE E ABERTO

ALÉM DE COMENTÁRIOS DE:

LÍDER DA MINORIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ESTADOS  
UNIDOS RICHARD GEPHARDT

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS DA CÂMARA DOS  
DEPUTADOS BILL ARCHER

EX-REPRESENTANTE COMERCIAL DOS ESTADOS UNIDOS CARLA HILLS  
DIRETOR DA UNIDADE DE COMÉRCIO DA OEA MIGUEL RODRIGUEZ

---

**Março 1998**